

A renegociação da dívida externa e o capitalismo brasileiro

Mário Ernesto Humbert

A dívida externa tem sido discutida ora em termos financeiros, ora em termos de cooperação, sem que se chegue a uma forma adequada de renegociação, porque esses enfoques são irreais.



Durante anos, bancos privados emprestaram milhões de dólares a empresas e órgãos governamentais dos países do Terceiro Mundo para uso em empreendimentos diversos. Eles entraram nesse negócio na base de alto risco, alto lucro. Ganharam muito até o famoso setembro negro de 1982. Basta ver seus balanços da época. Como o risco era alto, se colocaram em situação difícil quando um país após outro, os devedores começaram a pedir a moratória. Mas conseguiram se safar e hoje esbanjam riqueza, ao contrário dos tomadores de empréstimos, que embora tenham pago muito devem hoje mais do que pediram emprestado, graças aos juros flutuantes.

Assumir riscos é uma das grandes virtudes do capitalismo, que gera e estimula a capacidade de inovar. Mas não faz parte da sua natureza a garantia de retorno de investimentos mal feitos. Como os banqueiros e muitas vezes seus governos, estão querendo exigir dos países onde se situam os empreendimentos não viabilizados para os quais fizeram empréstimos.

A discussão sobre o pagamento da dívida precisa mudar de enfoque e ser baseada no negócio que a originou: construir ou ampliar hidrelétricas, montar sistemas de esgoto, usinas siderúrgicas, etc.

Como os banqueiros não são propriamente uma categoria com marcantes preocupações sociais, eles fizeram esses empréstimos baseados em análises de retorno. Se elas se mostraram inadequadas, o problema é deles e não do povo brasileiro coletivamente.

Sabe-se que uma parcela do total não chegou a seu destino e está em contas numeradas onde a fiscalização de sua origem não existe. Parte do montante foi usada em empreendimentos que têm possibilidades de retorno, e outra, em projetos que não andaram.

Não há portanto sentido numa negociação global entre o governo brasileiro e um comitê de bancos credores, alguns dos quais escolheram bem como emprestar e outros não. As dívidas devem ser discutidas entre cada empresa ou órgão governamental e os bancos que lhes emprestaram dinheiro. E a solução tem de ser encontrada nesse âmbito restrito. Quem emprestou para empreendimentos viáveis, vai reaver seus recursos ou parte deles, talvez na forma de uma participação acionária.

Os bancos que emprestaram mal devem começar verificando se seus executivos participavam do festival de corrupção que caracterizou esses negócios. O destino de seus créditos é o mesmo de qualquer empréstimo mal feito: a baixa como perdas. Ou, se não quiserem ter perda total, terão que tentar reativar a obra, injetando mais dinheiro e melhorando o gerenciamento.

Os governos dos países desenvolvidos — e particularmente o norte-americano — que são defensores da livre empresa precisam ter a coerência de não apoiar seus bancos que emprestaram mal, fomentando a estatização da economia e a centralização dos recursos em entidades governamentais. A crença dos economistas na capacidade de geração de resultados pela concentração dos recursos nas mãos dos governos mostrou-se falsa, e os banqueiros que apostaram nela perderam. Agora é salvar o possível nos empreendimentos em que investiram e deixar de lado a idéia fantasiosa de que a dívida é da Nação. Os brasileiros comuns não têm nada com isso.

Mário Ernesto Humbert é consultor empresarial.